

Da incompetência do governo à investida da «nova» direita

É incompetência a mais, para quem exige, em pleno espírito de Estado-empresa, «produtividade» às escolas e aos professores, «mérito» e «responsabilidade» aos alunos, para quem fornece dados para a publicação de «rankings selvagens»?

Sabemos agora, com muito mais clareza, a gravidade das responsabilidades políticas do Governo das Direitas na hecatombe do processo de colocação de professores e do início do ano escolar. Houve de tudo um pouco: Ministros que adiaram a divulgação de listas porque receavam o seu efeito na campanha para as eleições europeias (David Justino); responsáveis políticos que assumem, a posteriori, o papel de «cordeiros do sacrifício» para poupar a actual Ministra e, quem sabe, manter as boas graças do poder (Abílio Morgado); uma Ministra que faz jogo duplo e envia, sob a capa de assessores, um punhado de especialistas informáticos para pilhar, à compta, as bases de dados de ordenação dos professores de maneira a que, em seguida, pudessem fazer uma lista alternativa, sem que a Ministra, vá lá saber-se porquê, rescinda o contrato com a dita compta; uma nova lista, enfim, a dos professores contratados, já da responsabilidade dos «génios informáticos» que a Ministra descobriu, em que se confundem os horários residuais de substituição de professores com outros apresentados pelas escolas e em que se excluem largas centenas de docentes do quadro.

É incompetência a mais, para quem exige, em pleno espírito de Estado-empresa, «produtividade» às escolas e aos professores, «mérito» e «responsabilidade» aos alunos, para quem fornece dados para a publicação de «rankings selvagens» que têm como único propósito tornar invisíveis os contextos sociais de produção das desigualdades, favorecendo o ensino privado, para quem é incapaz de fornecer uma só ideia estratégica para a educação, devorado nas suas próprias trapalhadas e contradições.

Entretanto, a nova direita lança uma das suas mais contundentes campanhas contra o ensino público, através das doutas vozes de António Barreto, José Manuel Fernandes ou Fátima Bonifácio. Querem a redução do ensino à aprendizagem, o fim do prazer associado ao aprender (doravante visto, de novo, em pleno retrocesso de décadas, como sacrifício ou ascese, processo de filtragem das elites que expulsa do sistema as escórias sociais) a eliminação dos discursos e práticas inovadoras (entendidas como mera «experimentação»), o fim, em suma da pedagogia. São estes os ideólogos da nova ordem neoconservadora, arautos de um mundo novo à sua medida, uma espécie de utopia ao contrário.

Em relação ao Governo, há que combatê-lo política e socialmente, começando pela higiene mínima que passa pela demissão da Ministra. Quanto aos «neo», urge situá-los no debate ideológico, classificá-los, bem como ao seu discurso que tenta passar como metaideológico e para além das divisões esquerda/direita...E reinventar, permanentemente, o ideário da escola pública. A isto voltaremos.